

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Academia Portuguesa de História II (1936 – 1974)
A Historiografia

A Academia Portuguesa da História foi criada por iniciativa do governo no dia 19 de maio de 1936, sendo inaugurada no 1º de Dezembro do mesmo ano. No Regimento da Junta Nacional de Educação, a Academia era descrita da seguinte forma: “Sob a égide do Chefe de Estado, é fundada, junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Academia Portuguesa da História, agremiação especializada dos eruditos que se entreguem à investigação e reconstituição crítica do passado, a qual terá como primeiros objectivos estimular e coordenar os esforços revisionistas para a reintegração da verdade histórica e enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal.” (Regimento da JNE, art. 39º). Em Julho de 1937, reunir-se-ia pela primeira vez a Comissão Instaladora da Academia, nomeada e encabeçada por Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, por forma a aprovar os estatutos da Academia, elaborados pelo próprio, se bem que baseados no trabalho prévio de Afonso Dornelas e Manuel Múrias. O artigo 2º dos Estatutos da Academia (decreto n.º 27 913, 31 Julho 1937) estipulava os fins da instituição: " 1º — Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e rectificação da história nacional, no sentido superior da contribuição portuguesa para o progresso da civilização, bem como enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal; 2º — Fazer a publicação sistemática dos documentos guardados nos arquivos portugueses e estrangeiros, públicos ou particulares, que digam respeito à história portuguesa e possam esclarecê-la; 3º — Organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do Governo, os processos referentes a problemas históricos sobre os quais haja divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interesse nacional; 4º — Publicar, em línguas portuguesa e estrangeiras, obras de consulta que facilitem o seguro conhecimento de tudo o que se relacione com a expansão civilizadora de Portugal no mundo; 5º — Cooperar com a Junta Nacional da Educação em tudo o que respeite à inventariação e defesa do património documental da Nação, e sempre que lhe seja pedido o parecer."

A primeira reunião do conselho da APH, o órgão executivo da organização, deu-se a 2 de Dezembro de 1937, presidido por António de Vasconcelos (vd. parte I da entrada). Entre os seus vinte cinco membros fundadores, encontramos personalidades como o Capitão Abel Fontoura da Costa, figura política durante a 1ª República, Alfredo Pimenta, historiador, poeta e polemista, intelectual antiliberal e correspondente pessoal de Salazar, Damião Peres, coordenador da *História de Portugal* de Barcelos, Júlio Dantas, homem



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de letras reconhecido e presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Manuel Paulo Merêa, um dos mais admirados historiadores portugueses do século XX, Marcelo Caetano, historiador do direito e futuro sucessor de Salazar como presidente do Conselho de Ministros, e, claro, os membros do Conselho Académico. Outros académicos incluiriam João Ameal, escritor da *História de Portugal* publicada pelo SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) e muitas vezes apelidado “historiador do Regime” (Torgal, “tempo de ‘ditadura’”, *História da história em Portugal*, 277) , o Almirante Gago Coutinho, historiador e um dos primeiros dois homens a atravessar o Atlântico Sul de avião, Charles Ralph Boxer, historiador britânico da expansão portuguesa e holandesa, Georg Otto Schurhammer, alemão perito na vida de S. Francisco Xavier, ou Gilberto Freyre, historiador e sociólogo Brasileiro, pai da teoria do luso-tropicalismo.

O espaço estava então aberto para uma nova organização no seio da história enquanto profissão. Com reuniões regulares a cada quinze dias, ao longo do ano escolar (entre Outubro e Julho), estes sócios apresentariam o seu trabalho, discuti-lo-iam, e trabalhariam, de facto, no ambiente académico mais colectivamente organizado até então. O Conselho Académico, por seu turno, orientaria os esforços dos historiadores conforme os objectivos do Estado, dirigindo historiadores a responder a perguntas sobre a localização de certos eventos históricos a ser comemorados, gerindo publicações académicas, mais proeminentemente a propósito da comemoração do duplo centenário de 1939-1940, que culminaria na exposição do Mundo Português (1940), e premiando aqueles académicos que se iam distinguindo através do título “Académico de Mérito”.

A primeira preocupação da APH e dos seus membros era com o conhecimento e as virtudes a si associadas. A questão torna-se, então, que tipo de conhecimento era procurado? De facto, o compromisso com o conhecimento pode ser dividido em dois compromissos fundamentais: ciência e documentos. Estes compromissos eram tão hegemónicos que em todas as discussões da APH, parecem omnipresentes e, ao mesmo tempo, passam quase inteiramente sem serem questionados enquanto elementos da vida diária do historiador. Em termos práticos, uma matriz científica permeava quase todas as discussões históricas. Isto era visível, em primeiro lugar, no uso muito frequente de raciocínios metonímicos e no foco sobre problemas de causalidade. Um exemplo disto foram discussões entre Alfredo Pimenta e Rui de Azevedo, em que o primeiro censura o segundo dizendo: “primeiro objectou-me que eu não conhecia todos os documentos de todas as Chancelarias medievais, e que pode ser que algum revelasse o uso do patronímico em nome de Rei. 'Pode ser?' A ciência não se faz com incógnitas; faz-se com o conhecido. Não é com o *pode ser* que se faz a ciência, mas com o *é*. Com o *pode ser*, faz-se romance e blague. [...] Tudo o que concluímos é provisório. Nem a ciência tem a pretensão do definitivo. E não a tem, precisamente porque sabe que o amanhã é a correcção do ontem.” (Alfredo Pimenta, [sem título] 1939, 1-2, *italico meu*). Mas a ciência permeava mais que o discurso. Via-se a sua importância no peso que era dado às ciências auxiliares da história como a numismática, a cronologia, a paleografia, ou na organização de bibliografias. Em todas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

estas actividades, o principal aspecto era a procura de sistematização e de categorização do conhecimento, especialmente dos blocos com que, posteriormente, se construiriam narrativas.

Ainda assim, para além da frase, muitas vezes repetida, que os historiadores eram homens de ciência, o debate teórico na APH não era alargado. Durante o Estado Novo, a Academia apenas publicou um texto que lidava explicitamente com as implicações teóricas da filosofia da ciência na história. O texto intitulava-se “Probabilidade Histórica” e foi escrito em 1944 por Gastão de Melo e Matos, que viria a pertencer ao Conselho Académico alguns anos depois. A sua perspectiva estava largamente situada no contexto habitual dos debates ocidentais sobre a matéria. Começava por estipular que cada acção humana era parte Ciência, parte Arte, e focava-se claramente na primeira. Prosseguiria dizendo que a verdade científica é “essencialmente provisória”, uma questão que ocupava semelhantemente outros autores da filosofia da história e da ciência nos anos 1940. Esta era uma clara inovação (Silva Rêgo, *History in times of Fascism*, 27) em termos teóricos, se bem que numa lógica de continuidade face ao positivismo oitocentista. Mas o aspecto mais interessante do texto de Melo e Matos era a sua comparação entre a história e as ciências exactas: “O método histórico é perfeitamente semelhante a este das ciências exactas, visto que é a hipótese, induzida de factos cujo número se julgou suficiente, que deve orientar a busca de novos conhecimentos. Tal busca não tem, nem pode ter, o carácter de experiência, já que lhe falta a voluntariedade; contudo a circunstância de ser dirigida também não permite catalogá-la de observação. / Somente a muito maior complexidade dos fenómenos e a impossibilidade de eliminação dos factores de perturbação, tornam o grau de probabilidade histórica inferior ao de outras ciências. / Assim, a História, considerada como ciência, é constituída por um corpo de hipóteses com todos os caracteres de verdade científica e de valor medido pelo seu grau de probabilidade; embora menor que noutras ciências, a própria noção de probabilidade implica a admissibilidade do erro, e constitui carácter permanente da verdade científica.” (APH, Boletim 1944, 94)

Através desta apresentação, apercebemo-nos melhor do significado de história-ciência para estes homens. É uma história altamente mecânica, causal, metonímica, à procura de leis. Para além disso, se por vezes essas leis são vistas como imutáveis na natureza, também são provisórias na medida em que não são definitivamente cognoscíveis. Desta forma, esta perspectiva torna-se perfeitamente coerente com a ideia de revisionismo histórico presente nos estatutos da APH.

O outro aspecto importante da preocupação com o conhecimento prendia-se com o foco da Academia nos documentos, a importância dos quais era imediatamente visível nas listas de publicações da instituição. Ao longo do Estado Novo, a Academia publicou mais colecções de documentos do que qualquer outro tipo de trabalho historiográfico. Essas compilações eram habitualmente longas e providas apenas de pequenos prefácios. Por outro lado, a Academia também publicava os *Anais*, que continham trabalhos originais de académicos. No entanto, também estes trabalhos eram em parte constituídos por documentos. Ao invés de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

simplesmente haver citações para documentos, essas eram habitualmente usadas para bibliografia, enquanto os documentos eram rotineiramente publicados em conjunto com o trabalho, em anexo. Efectivamente, a Academia estava muito mais centrada na publicação de colecções e trabalhos que incluíam documentos do que na publicação de grandes narrativas, ainda que, ocasionalmente, se publicasse um trabalho menos documentalmente focado. A importância dos documentos também se via no dinheiro que era investido na sua publicação. Nos primeiros dez anos da Academia, quando o orçamento ainda permitia um plano de publicações razoavelmente largo, a APH gastou cerca de 2.5 milhões de escudos, a maior parte dos quais foi aplicado na publicação de fontes. Já nas reuniões da Academia vários dos trabalhos apresentados eram centrados em documentos ou arquivos específicos, por exemplo, a "Revelação do Verdadeiro Significado dos Sinais Ocultos nas Moedas Portuguesas", comunicação proferida por Pedro Batalha Reis, ou as de Sampaio Ribeiro sobre a biblioteca real de música de D. João IV (APH, Boletim 1945, 100-101; APH, Boletim 1946, 118-119).

De mãos dadas com esta preocupação com documentos, vinham também as virtudes da paciência e diligência. O tamanho dos acervos documentais importava, como se vê no Relatório Anual de 1945: "Para se avaliar da extensão dos trabalhos feitos basta dizer que se inventariaram uns seis mil documentos medievais, se elaborou um parecer que ocupa um volume dos 'Anais' e que, para atender ao pedido de esclarecimento de um académico acerca de antigas medidas de distância, outro académico teve de lhe responder com um estudo de setenta e tantas páginas" (APH, Boletim 1945, 121). Tanto a paciência como a diligência acabavam por estar estreitamente ligadas à preocupação com os documentos na medida em que eram virtudes essenciais para uma análise escrupulosa destes.

Por outro lado, a actividade da Academia não se prendia exclusivamente com virtudes epistémicas. Existia um aspecto político nacionalista em jogo. Se olharmos para os principais focos de interesse da Academia nas suas publicações, vemos que estes eram a "Fundação da Nacionalidade", a restauração da independência e a história marítima portuguesa, particularmente no que se relacionava com exploração, descobrimento e colonização. Não só todos os trabalhos lidavam com história pátria como o patriotismo era visto com uma importante virtude escolar. Isto envolvia um nutrir activo da Nação, através da investigação e divulgação dos momentos da história de Portugal que despertam maior orgulho no corpo nacional, tal como através da preservação e continuidade das suas tradições. Este esforço é facilmente visível em várias comunicações ao plenário da Academia, por exemplo na apresentação de Eduardo Lupi, "Campanha contra Gungunhana – Primeiro cinquentenário", que era apreciada precisamente porque "o seu trabalho versa um período brilhante, sob ponto de vista guerreiro, da nossa história contemporânea" (APH, Boletim 1945, 129-130). Uma perspectiva patriótica deste período torna-se mais importante porque o século XIX era geralmente visto no âmbito da corrente antiliberal como um período de decadência, de "anarquia instaurada pelo triunfo do liberalismo" (Maurício, *Invenção*, 2005, 210).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Outro factor importante na construção da nação, e também intimamente ligado ao patriotismo, era a comemoração do passado nacional. A Academia celebrava rotineiramente efemérides com sessões comemorativas, que incluíam o nascimento do 2º Visconde de Santarém, a figura do então-recém-falecido António de Vasconcelos, Cardeal Francisco Saraiva, Oliveira Martins ou até o então-recém-elevado Académico de Mérito Paulo Merêa. Em quase todas as sessões deste género, algum tipo de justificação patriótica era dada, por exemplo, no caso do 2º Visconde de Santarém, “grande vulto que tão relevantes serviços prestara à Ciência, em geral, e à glória portuguesa, em particular” e “A sua acção foi tão grande que ainda se projecta e avulta nos anais da erudição patriótica portuguesa” (APH, Boletim 1941, 113). No fundo, elogiar historiadores patriotas era elogiar não só a Nação que os sustentava como o passado por eles narrado. Isto mesmo se via em “a ciência e patriotismo com que o Senhor [Joaquim] Bensaúde defrontou a erudição alemã, defendendo a ciência náutica portuguesa, em cuja história se destaca o século de 1430 a 1530, de notabilíssimo progresso devido exclusivamente aos portugueses.” (APH, Boletim 1943, 78-79).

A Academia também participava em comemorações de forma mais alargada e cooperativa com outras instituições, principalmente o Estado. Contribuiu com elementos iconográficos para séries de selos que comemoravam reis e guerreiros portugueses, e debruçou-se sobre a localização da batalha de Valdevez, por exemplo. Até historiadores estrangeiros, como Georg Otto Schurhammer, alemão, participavam neste tipo de actividade, no caso, publicando um trabalho em comemoração do descobrimento do Japão (Schurhammer, “Descobrimento”, Anais, Vol. 1, Série II, 17-172). A APH também participou nas comemorações do 4º centenário de Ponta Delgada, no 5º centenário da descoberta da Guiné (a pedido de Marcelo Caetano, académico e, na altura, Ministro das Colónias) e, claro, nas celebrações do duplo centenário de 1939-1940, principalmente com a publicação da primeira série de Anais, a ele dedicados. De facto, até a perspectiva que os membros da Academia tinham destes trabalhos era elucidativa da importância que o patriotismo, a memória e a história tinham enquanto ente relacional. Afonso Dornelas, primeiro secretário-geral da Academia, diria, em 1940, que os académicos deveriam ser convidados “a apresentar trabalhos, a fim de se formarem volumes, que, no Futuro, permitam apreciar o grau de cultura e patriotismo com que em 1940 se compreendeu o passado” (APH, Boletim 1940, 71-72).

Muito ligada à virtude do patriotismo estava a justiça histórica. No discurso de abertura das sessões da Academia, em 1938, António de Vasconcelos escolheu a figura de D. João V, fundador da Real Academia da História Portuguesa, trabalhando o historiador na defesa dessa virtude. “A Academia Portuguesa da História, nascendo agora, vem encontrar as tradições gloriosas da sua predecessora, a Academia Real da História Portuguesa, que no século XVIII surgiu numa época interessantíssima, animada e protegida pela acção dedicada e eficaz do grande Rei D. João V, que tanto trabalhou pelo engrandecimento de Portugal, que tanto amparou e impulsionou com o máximo esforço as Artes e Letras, toda a vida da Nação. Foi



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

necessário um século inteiro de demolição criminosa, de falseamento revoltante da História, para apagar o brilho tão intenso do seu reinado. Hoje, felizmente, pela investigação insistente e laboriosa das fontes, a História vai sendo depurada, e já se faz justiça ao magnânimo chefe da Nação, que foi D. João V” (APH, Boletim 1937-1938, 172-173). Muitas vezes, a justiça histórica trata em primeiro lugar de restaurar a grandeza ou a virtude de um acontecimento ou actor. Se o propósito de uma instituição é conhecer a Nação, então, na maioria das vezes, será a Nação que será restaurada à sua grandeza. A justiça histórica era, portanto, nacionalizada, quanto mais não seja porque a Nação era o objecto de estudo. Torna-se assim possível compreender o que se quer dizer com “definir a verdade histórica no interesse nacional”.

Tendo olhado já para o *ethos* da instituição, e tomando-o como ponto de partida, podemos começar a olhar para contrastes e conflitos na Academia. O conflito mais definidor das décadas seguintes na instituição deu-se no final da década de 1940, entre Alfredo Pimenta e o Conselho Académico. Desde cedo, Pimenta foi um membro da Academia particularmente independente, para além da sua personalidade truculenta e conflituosa. Ao contrário da maioria dos restantes confrades, Alfredo Pimenta era uma figura pública que ocupava frequentemente o lugar de polemista na imprensa, para além de ser correspondente pessoal de Salazar (Braga da Cruz, *Salazar e Alfredo Pimenta*, 246-331). Isto permitia-lhe uma reserva de capital social, para além do capital cultural que advinha do seu trabalho escrito, que lhe dava independência e poder. Logo em 1938, Pimenta resistiu a um convite (Silva Rêgo, *History in times of Fascism*, 55) que, implicitamente, o punha ao serviço do Conselho Académico, isto é, que desenhava uma hierarquia clara que não estava estatutariamente definida. Pimenta recusou porque “O Conselho não tem competência estatutária para tomar deliberações dessa natureza, e a Academia não lha deu. A Academia tem estatutos q. não se tem respeitado, -nem pouco nem muito, antes pelo contrario. A Academia não é formada por crianças ou servos, a quem o Conselho dê, sem mais apelo, ordens, ou indique serviços a prestar [sic]” (Pimenta, [carta enviada a Tovar]). Sem outras vozes que o apoiassem nesta questão, Pimenta acabou por não ter eficácia causal para além de se ausentar da comissão que lhe tinha sido proposta. O Conselho continuou a actuar de forma vertical. No entanto, este episódio era o início de um conflito dentro da própria Academia que iria definir a instituição nas décadas seguintes: até que ponto poderia um académico ser independente da instituição?

A princípio, o Conselho Académico era formado em parte por indivíduos de elevado capital social dentro do Regime. Luís Teixeira de Sampaio e o Conde de Tovar eram diplomatas. Manuel Múrias era publicista. No entanto, os restantes membros do primeiro Conselho tinham reduzido capital social e elevado capital cultural. António de Vasconcelos tinha sido director da Faculdade de Letras em Coimbra; António Baião era director da Torre do Tombo, onde também trabalhava Laranjo Coelho; Dornelas era escritor. Nos primeiros anos da Academia, os primeiros três membros acabaram por sair do conselho Académico (ou ausentar-se do mesmo, no caso do Conde de Tovar). Vasconcelos e Dornelas morreram. Ficava assim o conselho



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Académico entregue ao novo 1º Vice-Presidente, Caeiro da Mata, que, em virtude da sua posição de ministro, não estava presente em grande parte do dia-a-dia da Academia. Isto é, ficava a Academia maioritariamente nas mãos das duas figuras que mais dependiam de posições institucionais para deter poder: António Baião e Laranjo Coelho.

É precisamente com estes dois indivíduos que Alfredo Pimenta viria a reabrir hostilidades, entre 1943 e 1948. Quando Pimenta começa a escrever pública e abertamente contra a Academia, leva António Baião e Possidónio Mateus Laranjo Coelho a tentar usar as regras da Academia para o afastar por incumprimento de vários estatutos, incluindo o 13º, que proibia “público e notório mau comportamento moral e civil” (“Estatutos”, art. 13º). Depois de uma mudança súbita de ministro da Educação em que Caeiro da Mata era substituído por Fernando Pires de Lima e enviado para a pasta dos Negócios Estrangeiros, o novo Ministro da Educação Nacional pronunciava-se a favor de Alfredo Pimenta. Tanto Baião como Coelho saíram do Conselho Académico. Por seu lado, Pimenta saíria deste conflito extremamente debilitado. Nunca mais poderia participar de forma significativa na Academia. Viria a morrer em 1950. É de notar mais um aspecto deste episódio: Caetano Beirão, também ele fundador da Academia, demitiu-se a dada altura porque achava que a Academia estava a agir de forma ilegítima e maldosa contra Pimenta. Tomou uma posição de princípio, mas tinha muito menos capital social que o conhecido polemista. Não sabemos se o queria ser, mas de facto nunca foi feito novamente Académico.

Este episódio revela que, entre uma postura concordante e confrontadora, a segunda tinha sido premiada pelo ministro da Educação, enquanto a primeira era rotineiramente premiada pela instituição ao nível local e do dia-a-dia. Ainda assim, com a não reinserção de facto de Pimenta na Academia, e com o retorno futuro de Laranjo Coelho e António Baião, adivinhava-se que, no confronto de personae entre o “homem de letras”, mais independente e confrontacional, e o “Académico”, mais propenso ao acordo e mais dependente da instituição, a APH ir-se-ia aproximar cada vez mais de uma instituição promotora do último. Este caso não deve ser interpretado como anedótico. Se, por um lado, é relativamente extremo, por outro as tendências que revela apresentam-se noutros episódios de forma mais matizada. Pode, portanto, ser interpretado como relativamente ilustrativo dos procedimentos da Academia.

Depois da eleição do Conselho Académico de 1948, a APH sofreu uma mudança relativa na direcção dos seus trabalhos, entrando para o conselho Académico Queiroz Veloso, Damião Peres e Marcelo Caetano, o mais dinâmico e reformador dos três. Imediatamente após este se ter juntado ao Conselho Académico, verifica-se da sua parte uma série de trabalhos de organização que podem ser categorizados de duas formas: a produção de uma história mais crítica e cooperativa, e comemoração da história de forma mais visível e eficaz. Ainda em 1946, antes de ser membro do Conselho, e quando era Ministro das Colónias, Marcelo tinha convidado a Academia a participar nas celebrações do 5º centenário da descoberta da Guiné, “remetendo uma memória em que indica obras que necessitam de nova edição e manuscritos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

inéditos, documentos e cartas geográficas que se devem publicar. Deseja Sua Excelência que tanto as novas edições como a publicação dos inéditos se faça criticamente, comparando os vários exemplares e anotando-os debaixo de vários pontos de vista, como o linguístico, histórico, geográfico, etnográfico e histórico-natural” (APH, Boletim 1946, 68).

É de notar como, neste exemplo, Marcelo alia o documentalismo sempre presente na Academia com um desejo de trabalho cooperativo tendo em vista uma comemoração. A Academia também continua a publicar fontes, mas, desta feita, em edição crítica, como foi o caso da *Crónica Geral de Espanha*, preparada por Lindley Cintra e aprovada pelo Conselho logo em 1950. Também nas comemorações Marcelo trouxe algumas mudanças, se bem que relativamente efémeras. Numa sessão extraordinária da APH, comemorou-se a ratificação do tratado de Madrid (1750), sendo convidados os embaixadores do Brasil e da Espanha, e havendo conseqüentemente bastante mais impacto no exterior da academia. No início dos anos 1950, a crítica de fontes ganha grande relevo, na instituição e torna-se uma prática relativamente hegemónica dentro da virtude do documentalismo, que continua a ser uma das virtudes directoras na Academia. É nestes anos que entram para a Academia Virgínia Rau, Veríssimo Serrão e Silva Rêgo.

Nos seus trabalhos e publicações, a Academia começa a definir um *corpus* de trabalhos e temas que podem ser interpretados como de excepcional interesse. Já vimos que a Academia dava grande preferência, em termos de volume de publicações, às fontes primárias, mas isso era especialmente verdade quanto a fontes medievais, como crónicas, quanto a fontes sobre a história dos primórdios da expansão portuguesa, com a publicação de títulos como o manuscrito de Valentim Fernandes ou *Esmeraldo de Situ Orbis*, e também cartas que dissessem respeito à história da diplomacia portuguesa, especialmente durante a Restauração. De resto, isso é principalmente visível nos *Anais* e nas apresentações à Academia, onde os trabalhos dos académicos se debruçam maioritariamente sobre história diplomática e política, história medieval, história dos descobrimentos e da expansão portuguesa, história militar e religiosa. Estes temas formavam o núcleo dos trabalhos da Academia, mas é precisamente nos anos 1950 que começam a aparecer alguns temas/interesses mais inovadores na instituição. Surge, por vezes, uma história menos centrada em personalidades e mais focada nas instituições, por exemplo história do governo local ou de instituições de assistência. Esta corrente era claramente cara a historiadores da APH como Merêa ou Caetano. Também a história económica começa a aparecer na Academia, pela pena de Virgínia Rau e João Albino Ferreira. Ainda assim, estas tendências divergentes não devem ser tidas como regra na Academia. A maior parte dos trabalhos continuava a ser mais conservador, em termos historiográficos. Mesmo os temas recorrentes que não eram tão hegemónicos, como a historiografia e memória de historiadores – vistos especialmente nos trabalhos de António Baião sobre Alexandre Herculano – eram focados em grandes homens, sem metodologias inovadoras e de forma razoavelmente separada dos desenvolvimentos teóricos das décadas de 1940-1970 (*histoire sérielle*, *begriffsgeschichte*, etc). Para o efeito da construção de uma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiografia nacionalista, Portugal não estava tecnicamente atrasado. Já para o efeito de uma historiografia erudita, passava-se o contrário, pois a Academia perdia contacto com o meio universitário internacional.

Os trabalhos apresentados na Academia continuam a ser individuais, e as empresas colectivas acabam por não vingar. Ao mesmo tempo, em 1954 António Baião volta à vice-presidência da Academia, ficando Marcelo como 2º vice-presidente. Na eleição seguinte, três anos depois, Laranjo Coelho substituiria Marcelo. Começava-se a ver um conflito entre quem encarava a APH como instituição de pesquisa erudita e moderna, e quem achava que a Academia estava plenamente estabelecida, e podia continuar os seus trabalhos como habitualmente.

Houve tentativas de contrariar essa tendência, como a eleição de Silva Rêgo e Manuel Heleno como vice-presidentes do Conselho em 1963 ou, mais importante e ainda no mesmo ano, uma apresentação de Joaquim Veríssimo Serrão sobre a possibilidade de uma Nova História de Portugal, onde se defendia, novamente, uma história elaborada colectivamente e de forma científica, não só no tratamento dos documentos, como no uso de todas as ciências auxiliares possíveis. Ainda assim, a Academia não iria mudar de rumo substancialmente até 1974. Cada vez com menos dinheiro, já que o seu orçamento não foi significativamente aumentado durante décadas, a Academia perdia os seus aspectos mais inovadores (trabalho colaborativo e crítico) e calcificava os seus aspectos mais tradicionais – documentalismo, comemoracionismo e patriotismo, continuando a produzir uma historiografia que se enquadra teoricamente na escola metódica, por um lado, e numa *histoire événementielle*, por outro, embora com excepções significativas. Mesmo num último esforço de publicar uma história de Portugal académica e erudita, a APH acaba por não receber suficiente dinheiro, e encomenda a Veríssimo Serrão uma história monográfica, o que vai contra o *desideratum* de trabalho colaborativo, para não falar da opinião expressa pelo próprio (Serrão, “Nova ‘História de Portugal’”, *Anais* II vol. 13, 111-137). A Academia Portuguesa da História tinha-se transformado num local que, ao invés de liderar os esforços nacionais, era meramente reflexivo dos mesmos, tendo a Universidade, em Portugal, tomado esse mesmo lugar. O epítome deste facto seria a promoção de João Ameal e Costa Brochado a Académicos de número no final dos anos 1960.

Bibliografia activa: APH, *Anais*, Série I, vols. I-XII, XIV, Lisboa, vv. editores, 1940-1959; APH, *Anais*, Série II, vols. 1-22, Lisboa, vv. editores, 1946-1973; APH, *Boletim*, 36 vols., Lisboa, vv. editores, 1938-1973; APH, Ficheiros de Alfredo Pimenta, António Baião, António Vasconcelos, Caeiro da Mata, Damião Peres, David Lopes, João Ameal, Paulo Merêa; CRUZ, Manuel Braga da (ed.), *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência. 1931-1950*. Lisboa, Verbo, 2008; PIMENTA, Alfredo, *Para a história da Academia Portuguesa da História (com vinte e sete documentos)*. Lisboa: [edição do autor], pp. 1948; RÊGO, António da Silva, *History in Times of Fascism. Discipline and Practices of History during the beginning of the*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portuguese New State. Leiden: Leiden University Repository, 2015. [Consult. 11 de novembro de 2016].
Disponível em <http://hdl.handle.net/1887/37390>;

Bibliografia passiva: CATROGA, Fernando, José Amado Mendes, Luis Reis Torgal (ed.), *História da História em Portugal, Sécs. XIX-XX*, 2 Vols. Lisboa: Temas e Debates, 1998; MAURÍCIO, Carlos, *A Invenção de Oliveira Martins: Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005; Ó, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro: O dispositivo cultural durante a 'Política do Espírito' 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999; TORRAL, Luis Reis, "'A Bem da Nação'. Costa Brochado, 'Político Funcional' e 'Historiógrafo' ao serviço do Regime de Salazar," *Cultura*, nº 22, 2006, 87-113; TORRAL, Luis Reis, *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*, 2 Vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009;

António da Silva Rêgo



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA